

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO - CEE

Laudo de avaliação do patrimônio líquido
contábil apurado por meio dos livros
contábeis

Em 30 de abril de 2025

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO - CEE

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis
Em 30 de abril de 2025

Conteúdo

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Anexo I – Composição do patrimônio líquido contábil

Anexo II – Notas Explicativas

LAUDO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL APURADO POR MEIO DOS LIVROS CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
Companhia Energética Estreito - CEE
Florianópolis - SC

Dados da firma de auditoria

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Major Quedinho, 90 – Consolação, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 54.276.936/0001-79, registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2 SP 013846/O-1, representada pelo seu Sócio infra-assinado, Márcio Silva, brasileiro, solteiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 60.72.43.2229, inscrito no CPF sob o nº 005.327.050-92 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rio Grande do Sul sob o nº 1 RS 078.817/O-2 – S – SC, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela Administração da Companhia Energética Estreito – CEE (“Companhia”) para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de abril de 2025, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

A avaliação do patrimônio líquido contábil da Companhia Energética Estreito - CEE tem por objetivo registrar a avaliação, pelo valor patrimonial, do patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis da Companhia, para fins de incorporação total da Companhia Energética Estreito - CEE na data-base de 30 de abril de 2025, nos termos da legislação societária vigente por ocasião de reestruturação societária.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e preparação de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia em 30 de abril de 2025, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002 – Laudo de Avaliação Emitido por Profissional da Contabilidade, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido Balanço Patrimonial da Companhia de acordo com as Normas Brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do profissional da contabilidade, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 1.591.281.299,22 (um bilhão, quinhentos e noventa e um milhões, duzentos e oitenta e um mil, duzentos e noventa e nove reais e vinte e dois centavos), conforme balanço patrimonial em 30 de abril de 2025, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, ao final deste relatório representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Companhia Energética Estreito - CEE, avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Florianópolis, 03 de julho de 2025.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO

Laudo de avaliação dos ativos líquidos a valor contábil em 30 de abril de 2025

CNPJ Nº 08.976.022/0001-01

NIRE Nº 42 3 0003519-0

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0
APÊNDICE I - COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL
EM 30 DE ABRIL DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	30.04.2025
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	3	342.246
Contas a receber de clientes	4	84.206
Depósitos vinculados	5	6.990
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	6	2.073
Outros ativos circulantes		10.231
		445.746
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos vinculados	5	8.524
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	6	14.340
Outros ativos não circulantes		123
		22.987
Imobilizado	7	1.390.858
Intangível	8	254.190
Direito de uso de arrendamento		96
		1.668.131
TOTAL - ATIVO		2.113.877

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0
APÊNDICE I - COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL
EM 30 DE ABRIL DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	30.04.2025
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	9	18.499
Dividendos	14	221.991
Concessão a pagar	10	8.380
Imposto de renda e contribuição social a pagar		27.374
Provisões para compromissos socioambientais	11	1.160
Outros passivos circulantes		19.988
		297.392
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores	9	8.523
Concessão a pagar	10	56.446
Provisões para compromissos socioambientais	11	3.617
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	150.739
Outros passivos não circulantes		5.874
		225.199
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	
Capital social		990.676
Reservas de lucros		600.555
Resultado do período		55
		1.591.286
TOTAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.113.877

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0
APÊNDICE II – NOTAS EXPLICATIVAS
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1. CONTEXTO

a) Companhia Energética Estreito

A Companhia Energética Estreito (“CEE” ou “Companhia”) é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC). Constituída em 25.07.2007, tem como objetivo: (i) realizar estudos, projetos, construção, financiamento e operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, observadas as formalidades legais; (ii) gerar, comercializar e distribuir qualquer tipo de energia, observadas as formalidades legais; (iii) participar e/ou controlar, como sócio, quotista ou acionista, de outras empresas do setor energético ou a ele vinculado, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associações de empresas; e (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior e prestar consultoria e assessoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

A Companhia participa do Consórcio Estreito Energia (“Ceste”), na proporção de 40,07%, criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito (“UHE Estreito”). Também são consorciadas a Vale S.A. (30%), a Estreito Energia S.A. (25,49%) – empresa do Grupo Alcoa – e a Intercement Brasil S.A. – entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%). A UHE Estreito está localizada na divisa entre os estados de Tocantins e Maranhão e possui capacidade instalada total de 1.087,0 MW, sendo 435,6 MW pertencentes à CEE. O prazo da concessão, após a extensão prevista pela repactuação do risco hidrológico, é de aproximadamente 44 anos, a contar da data de 26.11.2002, sendo seu vencimento em fevereiro de 2047. A energia elétrica produzida pela usina é utilizada ou comercializada diretamente pelas Consorciadas.

Os administradores da CEE renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela sua controladora direta, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “EBE”), com a qual mantém contrato de prestação de serviços. A EBE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e trading de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

b) Incorporação

No dia 07 de maio de 2025 a EBE, controladora direta da CEE, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada na mesma data, aprovou a proposta de incorporação de sua controlada direta CEE, sociedade anônima de capital fechado, detentora do Contrato de Concessão n.º 094/2002-ANEEL, por meio do Consórcio Estreito Energia – CESTE a qual é líder e consorciada.

A operação tem por objetivo a criação de valor aos acionistas da EBE, por meio da simplificação da estrutura organizacional. A simplificação de estrutura visa, também, a otimização da gestão, além da redução de custos associados.

NOTA 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Concessão a pagar

Corresponde às obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usina hidrelétrica. Foi registrada inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão da usina. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, considerando a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 7 – Imobilizado.

c) Intangível

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Adicionalmente, a Companhia reconheceu o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto nas Leis nº 14.052/2020 e nº 14.182/2021, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica “Repactuação do risco hidrológico”. Em 2023 a Companhia reconheceu intangível referente ao deslocamento dos dias de extensão do GSF (*Generation Scaling Factor*) por impactos não hídricos, conforme a Lei nº 13.360/2016.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

d) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração – impairment

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

e) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

g.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

O benefício fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

g.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

h) Operações controladas em conjunto

A CEE detém uma participação de 40,07% no Ceste (entidade sem personalidade jurídica) para a implantação e exploração da UHE Estreito. Desta forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relativas a estas operações são reconhecidas diretamente nas demonstrações financeiras da CEE.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.04.2025
Caixa e depósitos bancários à vista	8.000
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	334.246
	342.246

A CEE é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora, EBE, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	30.04.2025
Distribuidoras	82.662
Transações realizadas na CCEE ¹	1.561
Provisão para perdas de crédito esperadas	(17)
	84.206

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na CCEE é de aproximadamente 45 dias. A totalidade dos títulos vencidos estão considerados nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

NOTA 5. DEPÓSITOS VINCULADOS

	30.04.2025
Depósitos para reinvestimento	6.990
Ativo circulante	6.990
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas	8.524
Ativo não circulante	8.524
	15.514

A Companhia mantém depósito vinculado que visa atender o componente indígena do processo de licenciamento ambiental do UHE Estreito por meio de repasse dos valores acordados.

NOTA 6. PRÊMIO DE RISCOS A APROPRIAR – REPACTUAÇÃO DE RISCO HIDROLÓGICO A APROPRIAR

Em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Como condição para a adesão ao referido acordo, a Companhia formalizou a desistência de qualquer disputa judicial com a Aneel que impedia a aplicação direta do mecanismo de redução de garantia física, denominado *Generation Scaling Factor* (GSF).

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumiram o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um excedente de pagamento em relação ao valor apurado, cujo montante vem sendo compensado com os “prêmios de risco” devidos pela Companhia, calculados a valor presente.

Esse prêmio de risco a apropriar é amortizado de forma linear, sendo os valores amortizados, entre janeiro a abril de 2025 de R\$ 691.

a) Perfil de realização da repactuação de risco hidrológico apresentada no não circulante

Ano	Valor
Maio a dezembro de 2026	1.382
2027	2.073
2028	2.073
2029	2.073
2030	2.073
2031 a 2033	4.666
	14.340

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

		30.04.2025		
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Reservatórios, barragens e adutoras	3,5%	1.575.571	(734.521)	841.050
Máquinas e equipamentos	3,6%	963.845	(463.099)	500.746
Edificações e benfeitorias	3,6%	41.741	(17.194)	24.547
Móveis e utensílios	6,2%	272	(134)	138
Veículos	14,3%	478	(425)	53
		2.581.907	(1.215.373)	1.366.534
Em curso		24.324	-	24.324
		2.606.231	(1.215.373)	1.390.858

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 30.04.2025 a Administração da Companhia avalia que não há indicadores que resultem na necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

b) Mutação do imobilizado

	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2024	906.897	462.254	19.861	199	21.223	1.410.434
Ingressos	-	-	-	-	3.289	3.289
Transferências	(53.072)	48.174	5.086	-	(188)	-
Depreciação	(12.775)	(9.682)	(400)	(8)	-	(22.865)
Saldos em 30.04.2025	841.050	500.746	24.547	191	24.324	1.390.858

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original da Usina

A Administração da Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia quanto à indenização pelo Poder Concedente do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Dessa forma, estes ativos são depreciados com base nas taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão, embora, a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da sua renovação. Não há saldos de ativos totalmente depreciados em 30.04.2025.

d) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 8. INTANGÍVEL

a) Composição

	Período de amortização	30.04.2025		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de extensão de concessão	Até 2047	252.353	(20.376)	231.977
Direito de concessão	Até 2043	43.137	(21.856)	21.281
Direito de uso de servidão	Até 2037	24.700	(23.768)	932
		320.190	(66.000)	254.190

a.1) Extensão de prazo de concessão

Em 08.09.2020 entrou em vigor a Lei nº 14.052, que alterou em partes a Lei nº 13.203, de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A Lei nº 14.052, determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, a qual estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em reunião do Conselho de Administração de sua controladora ENGIE Brasil Energia, realizada em 15.12.2020, foi aprovada a adesão da Companhia à referida repactuação do risco hidrológico.

Em 02.03.2021, a CCEE publicou a revisão nos cálculos de compensação, contemplando, dentre outros itens: (i) a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões das outorgas; e (ii) a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da UHE Belo Monte.

Adicionalmente, em julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.182, que trata sobre a desestatização da Eletrobras e sobre a retroatividade dos efeitos de GSF (*Generation Scaling Factor*), passando a prever explicitamente que para o período anterior ao início de vigência da repactuação de risco hidrológico, a integralidade da garantia física das usinas será considerada como parcela de energia não repactuada para fins de recebimento do ressarcimento.

As Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021, homologaram o prazo de extensão da outorga das usinas, sendo que a segunda é relativa as usinas que foram afetadas pelo novo tratamento do período anterior ao início de vigência da repactuação do risco hidrológico.

No exercício de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 114.508 referente a prorrogação de concessão relativa aos impactos não hídricos.

A Lei nº 13.360/2016 determina que a Aneel adicione um prazo à concessão original na mesma quantidade de dias em que houver atrasos no início da operação da usina, com origem a fatos alheios à responsabilidade do agente reconhecidos pelo órgão regulador. Com base nesta Lei, a Nota Técnica nº 877/2022–SCG/SFG/Aneel foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Aneel em 31.01.2023, determinando que os dias de extensão de prazo de concessão por impactos não hídricos desloquem os dias de extensão do GSF (*Generation Scaling Factor*). Em 27.04.2023, a Aneel emitiu o Ofício nº 281/2023-SRG-SCG/Aneel, o qual solicitou a apuração dos cálculos de extensão da concessão pela CCEE, fazendo com que estes precisem ser recalculados no tempo, aumentando o prazo de concessão da UHE Estreito em 852 dias. Tal cálculo foi realizado pela CCEE, no documento CT-CCEE06666/2023, publicado em 10.05.2023, gerando 620 dias adicionais em relação à extensão calculada anteriormente.

A Companhia adotou a mesma prática contábil utilizada para o tratamento dado a repactuação do risco hidrológico, concluído em 31.01.2021. Esse ativo foi mensurado ao valor justo considerando os preços de energia dos PPAs (*Power Purchase Agreement*), em vigor neste período adicional. Diante disto, a Companhia reconheceu um ativo intangível, correspondente ao direito de extensão da concessão no montante de R\$ 114.508. O efeito no resultado desta transação foi um ganho de R\$ 114.508, tendo como contrapartida um efeito positivo deste montante no resultado.

b) Mutação do intangível

Saldo em 31.12.2024	258.094
Amortização	(3.904)
Saldo em 30.04.2025	254.190

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis. Em 2025, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável dos intangíveis da Companhia.

NOTA 9. FORNECEDORES

	30.04.2025
Fornecedores de materiais e serviços	18.678
Encargos de uso da rede elétrica	4.788
Energia elétrica comprada para revenda	3.556
	27.022
Classificação no balanço patrimonial	
Passivo circulante	18.499
Passivo não circulante	8.523
	27.022

NOTA 10. CONCESSÃO A PAGAR

A Companhia possui contrato de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica na UHE Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para a concessão a pagar foi de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da concessão. As obrigações são atualizadas anualmente pelo IPCA.

a) Mutação da concessão a pagar

Saldos em 31.12.2024	64.152
Juros e variação monetária	3.528
Amortizações	(2.854)
Saldos em 30.04.2025	64.826
Circulante	8.380
Não circulante	56.446
	64.826

b) Valores originais contratados

Os valores nominais e atualizados, em 30.04.2025, são os que seguem:

	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Até 27.04.2040	1.965	25.757	8.768	112.744

c) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

Ano	Valor
Maio a dezembro de 2026	5.161
2027	7.150
2028	6.498
2029	5.908
2030 a 2034	22.392
2035 a 2038	9.337
	56.446

NOTA 11. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS

Registra os compromissos socioambientais estabelecidos nas condicionantes estabelecidas nas licenças de instalação e operação da Usina. O saldo, circulante e não circulante, das provisões em 30.04.2025 é de R\$ 4.777 (R\$ 4.799 em 31.12.2024).

NOTA 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	30.04.2025			
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total
Passivo:				
Depreciação acelerada	369.120	57.394	33.221	90.615
Repactuação de risco hidrológico	231.977	40.728	20.878	61.606
Outros	674	50	61	111
		98.172	54.160	152.332
Ativo:				
Provisões	6.429	402	579	981
Outros	825	116	75	191
		518	654	1.172
Valor líquido		97.654	53.506	151.160

Em função da renovação do benefício fiscal da SUDENE, a Companhia reavaliou a alíquota efetiva aplicada à base dos ativos diferidos. O benefício reduz a alíquota do imposto de renda de 25% para 6,75% e tem vigência até 31.12.2033.

b) Expectativa de realização e de exigibilidade

	Ativo	Passivo
2025	-	3.211
2026	8	4.950
2027	112	4.954
2028	357	4.927
2029	320	4.897
2030 a 2032	253	14.685
2033 a 2035	22	26.665
2036 em diante	100	88.043
	1.172	152.332

NOTA 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 30.04.2025 era de R\$ 990.676, representado por 990.676.248 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal pertencentes à ENGIE Brasil Energia S.A., sua controladora direta.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	30.04.2025
Reserva legal	124.757
Reserva de incentivos fiscais	475.798
	600.555

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício.

NOTA 14. DIVIDENDOS

a) Mutação dos dividendos a pagar

Saldos em 31.12.2024	127.991
Dividendos intercalares	94.000
Saldos em 30.04.2025	221.991

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a até 95% do lucro líquido ajustado do exercício.